

Dalla: na hora das decisões perde o sono

Quando fica muito preocupado, o Senador Moacyr Dalla (PDS-ES), Presidente da Mesa do Senado, tem crises de insônia e, desde outubro do ano passado, quando presidiu a sessão do Congresso que aprovou o Decreto-Lei 2.065, alterando a política salarial, vem dormindo sentado.

O então Presidente do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE) estava à morte e após seu falecimento, graças a uma manobra política dos malufistas, Dalla ficou com a Presidência. Antes que o Governo tivesse tempo para lançar seu candidato, os partidários do Deputado Paulo Maluf apresentaram uma lista de adesões e o Senador pelo Espírito Santo conquistou 47 dos votos (dois terços).

Durante a votação do Decreto-Lei 2.065, Dalla em documento enviado ao Palácio do Planalto, pediu garantias para que a sessão fosse realizada com tranquilidade. Isto acabou servindo de pretexto para que o Governo decretasse medidas de emergência em Brasília, o que desgastou a imagem do Senador.

Outra sessão histórica presidiada por Dalla foi a votação da Emenda Dante de Oliveira, restabelecendo as eleições diretas. Precavido, Dalla afirmou que não queria medidas de emergência, mas elas vieram assim mesmo e o Congresso foi cercado.

Outro grande momento seria a votação da Emenda Figueiredo, mas ao suspeitar que teria de dar o voto decisivo, Dalla, junto com o Presidente da Câmara, Flávio Marcílio, foi ao Planalto sugerir a retirada da emenda, o que acabou acontecendo.

A Oposição não desistiu de tentar colocar em pauta outra emenda pelas diretas, a Theodoro Mendes. A decisão dependia de Dalla, mas, a pretexto de fazer consultas jurídicas, ele foi adiando a decisão e somente a 10 de setembro, às vésperas de as candidaturas à Presidência da República serem registradas, é que se definiu: jogou a emenda para o fim da pauta, o que significa que ele só será examinada pelo Congresso em 1985.



Moacyr Dalla

Lenoir propôs o voto secreto nas Assembléias

O Senador biônico Lenoir Vargas (PDS-SC) começou sua carreira política em 1947, elegendose Vereador pelo antigo PSD. Deputado federal durante três legislaturas, acabou eleito Senador pela antiga Arena em 1970. Foi mantido no posto por indicação do Governo e seu mandato termina em 1986.

Desde o começo da disputa sucessória, Lenoir Vargas apóia a candidatura de Paulo Maluf. Como Segundo-Secretário da Mesa



Lenoir Vargas

do Senado, tentou evitar que a regulamentação do Colégio Eleitoral fosse feita através da aprovação de um projeto-de-lei complementar.

Ele esperava que a tarefa fosse entregue à Mesa do Senado, para poder fazer com que os delegados estaduais ao Colégio Eleitoral (seis por Estado) fossem eleitos pelos partidos que tivessem a bancada majoritária em cada Assembléia Legislativa, através do voto secreto.

A questão interessava aos malufistas, que esperavam reduzir assim a influência dos Governadores dissidentes do PDS sobre as Assembléias Legislativas. O voto secreto acabou sendo apro-

vado pela Mesa do Senado, graças a uma manobra política permitida pelos votos de quatro Senadores. Lenoir foi o autor da proposta.

Lenoir Vargas recusa-se a dizer se acha válido o argumento dos malufistas de que os votos infieis dos delegados estaduais no Colégio Eleitoral devem ser anulados:

— Não estudei o assunto, nem sei se compete ou não à Mesa do Senado tratar desta questão — afirma.

E certo, porém, que caso os malufistas consigam levar a questão à Mesa, o Senador fará o possível para beneficiar seu candidato.

Milton Cabral estava ausente, mas é contra a decisão tomada

Milton Cabral (PDS-PB) faz política desde 1945, quando começou a participar das campanhas eleitorais de seu pai, Severino Cabral. Em 1962 foi eleito deputado federal pelo PTB (na época coligado ao PSD). Em seguida, engajou-se, junto com o pai e o sogro, Drault Ernany, no movimento que resultou na revolução de 1964.

Hoje, Milton Cabral acha que não há a menor possibilidade de haver outro golpe militar e que a



Milton Cabral

revolução deveria ter terminado em 1974, com o final do Governo Médici.

Senador biônico, o Terceiro-Secretário da Mesa do Senado, estava em Nova York quando foi decidido pela maioria malufista que os delegados estaduais ao Colégio Eleitoral (seis por Estado) seriam eleitos pelas bancadas majoritárias através do voto secreto.

— Acompanhei esse episódio pelos jornais brasileiros, e fiquei preocupado com a repercussão negativa que a decisão da Mesa gerou — afirmou Milton Cabral, ao acrescentar que, se estivesse presente, teria se manifestado contra o voto secreto.

Santillo: Fidelidade não é com a Mesa. Voto deve ser declarado

O Senador Henrique Santillo (PMDB-GO) ajudou a fundar o MDB em sua cidade, Anápolis, em 1966, e nunca mais deixou a política.

Hoje ele é o Primeiro-Secretário da Mesa do Senado e, em 1986, será o candidato do PMDB ao Governo de Goiás, com o apoio do atual Governador, Iris Resende.

Ele considera sem fundamento os argumentos dos partidários do Deputado Paulo Maluf, de que os



Henrique Santillo

votos infieis dos delegados das Assembléias Legislativas ao Colégio Eleitoral devam ser anulados. De qualquer forma, para Santillo, a questão da fidelidade partidária deve ser tratada pela Justiça Eleitoral, e não pela Mesa do Senado, como querem os malufistas. A Mesa — diz o Senador — cabe apenas receber e registrar os votos do Colégio.

Segundo Santillo, o voto nominal significa que cada eleitor, ao ser chamado pelo nome, dirá em voz alta qual o candidato de sua preferência. E lembra: “Nos últimos 20 anos, todas as eleições presidenciais foram feitas pelo voto aberto e declarado oralmente”.

Marcelo Miranda: Haverá reação se regras mudarem

O Senador Marcelo Miranda (PMDB-MS) é suplente da Mesa do Senado, mas, em todas as questões que dizem respeito ao Colégio Eleitoral, tomará o lugar

do titular, o Senador Jaison Barreto (PMDB-SC), que não admite eleições presidenciais indiretas. Ex-Governador de Mato Grosso do Sul, seus principais adversários políticos — Heitor de Aquino e o General Golbery do Couto e Silva — são coordenadores da candidatura Paulo Maluf.

Para ele, a questão de fidelidade partidária deve ser resolvida pela Justiça Eleitoral, que, a seu ver, não acatará a tese malufista de anular os votos infieis dos delegados estaduais.

— Se a questão for levada à Mesa, acho que não será aprovada, porque seria uma afronta muito grande — afirma.

Tampouco acha possível dar uma nova definição ao voto nominal. Segundo ele, o voto terá que ser aberto e o eleitor deve pronunciar em voz alta o nome de seu candidato: “Se os malufistas tentarem fazer com que o voto nominal seja escrito, haverá reação de pelo menos metade dos integrantes da Mesa. E o Senador Moacyr Dalla, que terá que votar para acabar com o impasse, não terá condições de ir contra a opinião pública”.



Marcelo Miranda